

História Política, Movimento Negro, Mulheres e Feminismo Negro com Beatriz Nascimento: Raça, Gênero e Classe

Political History, Black Movement, women and Black Feminism with Beatriz Nascimento: race, gender and class

Historia Política, Movimiento Negro, mujeres y Feminismo Negro con Beatriz Nascimento: raza, género y clase

Ana Lúcia da Silva - ana.lucia@unifal-mg@edu.br

Professora da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, campus de Alfenas

Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-9936-1548>

Resumo

Com base no aporte da Nova História Política e das epistemologias do Sul, especificamente das epistemologias negras, objetiva-se analisar o discurso e as escrituras políticas e poéticas de Maria Beatriz Nascimento difundidos na mídia, estabelecendo o diálogo interseccional raça, gênero e classe. A proposta é apresentar as possibilidades de se revisitar a História das mulheres, das mulheres negras no Brasil, a partir da trajetória de vida de Beatriz Nascimento, expondo seu ativismo no âmbito do Movimento Negro e do Feminismo Negro.

Palavras-chave: Nova História Política, Movimento Negro, Feminismo Negro, Maria Beatriz Nascimento, Raça, gênero e classe.

Abstract

Based on the contribution of the New Political History and the epistemologies of the South, specifically the black epistemologies, the objective is to analyze the discourse and political and poetic writings of Maria Beatriz Nascimento disseminated in the media, establishing the intersectional dialogue between race, gender and class. The proposal is to present the possibilities of revisiting the History of women, of black women in Brazil, from the life trajectory of Beatriz Nascimento, exposing her activism within the scope of the Black Movement and Black Feminism.

Introdução

Keywords: New Political History, Black Movement, Black Feminism, Maria Beatriz Nascimento, Race, gender and class.

Resumen

A partir del aporte de la Nueva Historia Política y las epistemologías del Sur, específicamente las epistemologías negras, el objetivo es analizar el discurso y los escritos políticos y poéticos de María Beatriz Nascimento difundidos en los medios, estableciendo el diálogo interseccional entre raza, género y clase. La propuesta es presentar las posibilidades de revisitar la Historia de las mujeres, de las mujeres negras en Brasil, a partir de la trayectoria de vida de Beatriz Nascimento, exponiendo su activismo en el ámbito del Movimiento Negro y el Feminismo Negro.

Palabras-clave: Nueva Historia Política, Movimiento Negro, Feminismo Negro, Maria Beatriz Nascimento, Raza, género y clase.

Recebido em: 20/08/2022

Aceito: 15/09/2022

Publicado: 03/10/2022

A tessitura desse texto ocorreu no contexto pós-pandemia da COVID-19, período da Eleição 2022, no Brasil, onde múltiplos grupos sociais, organizações populares como a Coalizão Negra Por Direitos com a campanha “Aquilombamento nos parlamentos” e o Instituto Marielle Franco com a Agenda Marielle Franco (2022), o Movimento negro e indígena, o Movimento de mulheres, principalmente de mulheres negras, indígenas e populares, como Carol Dartora no Paraná, Benedita da Silva no Rio de Janeiro, Joênia Wapichana (eleita em 2018, a primeira mulher indígena como deputada federal), entre outras lideranças políticas e da sociedade civil visam mudanças na esfera da política institucional e contestam o governo Bolsonaro. Assim, reafirma-se a luta em defesa da democracia, nesse momento crucial da História Política brasileira, ou seja, a Eleição 2022.

No Brasil contemporâneo, no período da crise sanitária mundial e nacional, da pandemia da COVID-19, decorrente da proliferação do novo coronavírus, que foi anunciada em 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no governo do presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022) se minimizou essa realidade. Bolsonaro denominou a COVID-19 como “gripezinha”¹, difundiu discursos negacionistas, propalando por exemplo a não existência do racismo, e desvalorizando a Ciência e a Educação, enquanto que as desigualdades sociais, raciais e de gênero, e a pobreza se ampliaram em nosso país.

Além disso, na e pós-pandemia da COVID-19, o governo Bolsonaro tem tido práticas políticas incitando ataques ao Congresso Nacional (CN), ao Supremo Tribunal Federal (STF), enfim ao Estado Democrático de Direito, fazendo apologia à volta da Ditadura Militar (1964-1985).

Embora, em janeiro de 2021, a imunização em prevenção a COVID-19 da população brasileira se iniciou, naquele ano, ainda não havia uma política pública efetiva do governo federal para a vacinação de todas as pessoas. Em decorrência disso, em outubro de 2021, já se contabilizavam mais de 600 mil mortos, e mais de

¹ Ver a reportagem “Em pronunciamento Bolsonaro diz que coronavírus é gripezinha”, TV Cidade Verde, 25 mar. 2020. Disponível no site: <<https://youtu.be/b7KAP31EqTU>> Acesso em 05 set. 2022

130 mil órfãos, crianças e adolescentes que perderam seus pais e/ou responsáveis, devido a COVID-19².

No Brasil, por conta da pandemia da COVID-19, as desigualdades sociais, raciais e de gênero que já existiam, acirraram-se, deixando em maior vulnerabilidade pobres, periféricos, mulheres negras, trabalhadores e trabalhadoras que atuam na economia informal e/ou estão desempregados/as, e os que estão em situação de rua, entre outros.

Diante dessa realidade, diversas organizações populares como a Central Única das Favelas (CUFA), e representantes de movimentos sociais se mobilizaram para arrecadar alimentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), para a distribuição de cestas básicas e materiais de higiene em prevenção a COVID-19 às famílias pobres, muitas chefiadas por mulheres e mães solas, que vivem em situação de vulnerabilidade (CALSAVARA, 2021)³. Pois, o auxílio emergencial do governo Federal não deu conta de combater as desigualdades sociais, raciais e de gênero existentes na sociedade brasileira.

Diversos atos públicos ocorreram com a participação de populares, representantes da sociedade civil organizada, tais como da Coalizão Negra por Direitos, do Instituto Marielle Franco, de partidos políticos como o PT e o PSOL, entre outros, solicitando o *impeachment* de Bolsonaro, mais vacinas e alimentos para o povo, e questionando a política econômica vigente, por exemplo o aumento dos preços da cesta básica, do gás e do combustível.

Assim, nesses protestos populares contra o governo Bolsonaro surgiram vários slogans "Fora Bolsonaro", "Fora genocida", "Governo da fome e do desemprego", "Vacina já" e "Vacina no braço e comida no prato" (ESTADÃO CONTEÚDO, 2021, p. 1).

² Sobre os impactos da pandemia da COVID-19, no Brasil, os mais de 600 mil mortos e 130 mil órfãos, por conta da crise sanitária decorrente do novo coronavírus, ver a reportagem "A dor de uma geração marcada pela Covid: pandemia já deixou mais de 130 mil crianças e adolescentes órfãos no Brasil", jornal *online* Extra Globo, de 09 de outubro de 2021. Disponível no site: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/a-dor-de-uma-geracao-marcada-pela-covid-pandemia-ja-deixou-mais-de-130-mil-criancas-adolescentes-orfaos-no-brasil-25230957.html>> Acesso em: 09 set. 2022

³ Para conhecer outras ações e práticas políticas da CUFA, no contexto da pandemia da COVID-19, acessar o site oficial dessa organização <<https://www.cufa.org.br/>>

No cenário de crise sanitária, política, social e econômica, ainda em outubro de 2021, o presidente Bolsonaro vetou a distribuição gratuita de absorventes do projeto de lei que criou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (BRASIL, Lei n. 14.214, 2021)⁴, que tem como objetivo o combate à pobreza menstrual e busca beneficiar mulheres pobres e em situação de rua, estudantes de escolas públicas, enfim aquelas de vulnerabilidade extrema em nosso país⁵.

Essa política do governo Bolsonaro revelou a não preocupação com a população pobre, principalmente, com a saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade. Uma política excludente, machista e misógina.

Posteriormente, o Congresso nacional derrubou o veto do presidente Bolsonaro e com a promulgação da Lei 14.214/2021 se criou e restaurou o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que definiu que estudantes da Educação Básica (do Ensino Fundamental e Ensino Médio), mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias recebam absorventes para sua higiene pessoal, de forma gratuita (BRASIL, Agência do Senado, 2021).

A derrubada desse veto e a legislação de combate à pobreza menstrual ao se tornar realidade possibilita a efetivação de uma política pública de saúde da mulher brasileira, para que nossas meninas e jovens pobres (em sua maioria negras) não falem à escola por falta de absorventes e suas famílias não tenham que vivenciar o dilema: comprar absorventes e/ou comida?

Por isso, diante das mazelas sociais impostas a população pobre, negra e periférica, segundo a filósofa Sueli Carneiro, “[p]ara nós mulheres negras, a conjugação das discriminações de raça, sexo e classe implica em uma tripla

⁴ Projeto de Lei apresentado pela deputada federal Marília Arraes (PT). Diante do veto de Bolsonaro a distribuição gratuita de absorventes as mulheres pobres, Arraes asseverou “Buscamos unir forças parlamentares de todas as cores partidárias e a população do país em torno da necessidade dessa política pública tão essencial” (ARRAES, 2021 *apud* SUZART, 2021, p. 1).

⁵ Ver as reportagens: “Bolsonaro veta distribuição de absorventes a estudantes e pessoas pobres”, Agência Senado, 07 de outubro de 2021. Disponível no site: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/07/bolsonaro-veta-distribuicao-de-absorventes-a-estudantes-e-mulheres-pobres>> Acesso em: 09 set. 2022 SUZART, Moisés. “Pobreza menstrual, e eu com isso? Entenda o que significa o veto aos absorventes de graça para meninas pobres”, Correio 24 horas, 09 de outubro de 2021. Disponível no site: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pobreza-menstrual-e-eu-com-isso-entenda-o-que-significa-o-veto-aos-absorventes-de-graca-para-meninas-pobres/>> Acesso em: 09 set. 2022

militância, visto que nenhuma solução efetiva para os problemas que nos afligem pode advir da alienação de qualquer desses três fatores” (CARNEIRO, 2018, p. 57).

Compreendendo que as questões do tempo presente nos interpelam, e que as desigualdades sociais, raciais e de gênero se ampliaram no contexto da pandemia da COVID-19, e foram construídas ao longo da História do Brasil, nesse artigo, com base na Nova História Política e nas epistemologias do Sul, com destaque as epistemologias negras, objetiva-se apresentar a biografia de uma das intérpretes do Brasil, Maria Beatriz Nascimento.

No século XIX, na ordem da burguesia oitocentista, a biografia era um gênero acessório, porém fundamental para implementar a pedagogia cívica e patriótica das nações em construção. Na perspectiva da História Política tradicional, as biografias de destaque eram narrativas que exaltavam as ações de “grandes homens”, dos heróis da nação, oriundos das esferas política, militar e/ou religiosa, desprezando as trajetórias de vidas de sujeitos anônimos, como negros, indígenas, mulheres, entre outros (SCHMIDT, 2012; LEVILLAIN, 2003).

No século XX, ancorando-se na Nova História Política, principalmente a partir da década de 1980, com a “redescoberta” do gênero biográfico, a biografia histórica de uma pessoa, reabilitada nos estudos históricos, pode servir de representação de uma história coletiva através da trajetória de vida de uma personalidade (tanto de destaque como de sujeitos comuns/anônimos), expressando a diversidade humana. Dito isso, é relevante expor que a biografia é uma forma de escrever a História, como também de compreendê-la. Algumas questões teórico-metodológicas são importantes no estudo biográfico, tais como: Por que biografar esse indivíduo? Quais dimensões do passado são possíveis conhecer ao pesquisar a biografia de uma determinada pessoa? Quais contribuições do estudo da biografia para o conhecimento histórico? (SCHMIDT, 2012; LEVILLAIN, 2003).

Entendo a biografia como uma forma de escrever a História e compreendê-la, e considerando as questões teórico-metodológicas ressaltadas anteriormente, pode-se expor que o estudo da trajetória de vida de Maria Beatriz Nascimento nos possibilita problematizar e analisar a vida do povo negro, das mulheres negras no Brasil pós-abolição. Beatriz Nascimento e outros ativistas do Movimento negro e de

mulheres negras denunciaram o racismo, o mito da democracia racial, a opressão do patriarcado, o machismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, e mais, questionaram as narrativas coloniais acerca da História negra no Brasil, as representações dos corpos negros e das mulheres negras ancoradas na Historiografia Tradicional, em espaços simbólicos como a universidade.

Desta maneira, nesse *paper* estará em destaque a biografia de Maria Beatriz Nascimento, tendo como objetos de análise o discurso e as escrevivências⁶ poéticas e políticas dessa mulher negra difundidos na mídia, estabelecendo o diálogo interseccional gênero, raça e classe. A proposta é apresentar as possibilidades de se revisitar a História das mulheres, das mulheres negras no Brasil, ao analisar artefatos culturais da mídia por meio da trajetória de vida de Beatriz Nascimento.

História Política, mulheres e Feminismo Negro

Balança a saudade no peito
A dor pelos meus ancestrais
Mulheres (sem voz), sem direitos
Guerreiras dos próprios aís
Ecoa a voz dos porões, lamento
Senzala grita em obediência
E hoje à comunidade oprime
A luta se faz regime
Mas brotam as sentinelas
As filhas que pedem liberdade
O fim de toda a maldade
Eis a voz de todas elas

Acadêmicos da Abolição, carnaval 2019

No Brasil contemporâneo, no carnaval carioca de 2019, a Acadêmicos da Abolição, escola de samba que desfilou no subúrbio, na avenida Estrada Intendente Magalhães, com o enredo e samba-enredo “Conceição Evaristo - a ‘escrevivência’ abolicionista em versos, poemas e contos” homenageou a mulher negra e escritora Conceição Evaristo e suas escrevivências, a ancestralidade africana no contexto da diáspora transatlântica. Naquele ano, também se denunciou que historicamente as mulheres, principalmente as mulheres negras que lutaram pela liberdade do povo negro foram invisibilizadas na História do Brasil. Assim, cantou-se “Balança a

⁶ Conceição Evaristo criou o conceito de escrevivência que une escrita e vivência do povo negro, principalmente das mulheres negras. Evaristo com suas escrevivências poéticas nos convida a pensar a ancestralidade africana, as experiências vividas por negros e negras na sociedade brasileira (EVARISTO, 2017). O livro *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2016) de Conceição Evaristo apresenta contos sobre as vivências de diversas mulheres negras, entrecruzando a vida e a ficção.

saudade no peito/ A dor pelos meus ancestrais/ Mulheres (sem voz), sem direitos/ Guerreiras dos próprios ais [...] (ACADÊMICOS DA ABOLIÇÃO, 2019, p. 1).

Ao longo da História do Brasil, desde o século XIX, quando a História foi se constituindo como disciplina, principalmente no contexto pós-Independência, com a criação do Colégio Dom Pedro II, em 1837, e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, a narrativa da História da nação ou da Pátria deu visibilidade aos “grandes homens”, geralmente brancos e da elite, que atuavam na esfera política e militar. A História Política Tradicional, ancorando-se no paradigma ocidental, eurocêntrico e patriarcal, privilegiou as elites políticas e desvalorizou outros grupos sociais (PAIXÃO, PRIORI, 2016; BITTENCOURT, 2011; FONSECA, 2011; RÉMOND, 2003).

Por conta dessa narrativa pautada na História Política Tradicional, ancorada no paradigma ocidental, eurocêntrico e patriarcal, historicamente foram invisibilizados múltiplos grupos sociais, tais como indígenas, negros, mulheres, crianças, trabalhadores e trabalhadoras, e outros sujeitos anônimos.

Essa História Política Tradicional, positivista, factual, cronológica, linear e eurocêntrica foi questionada pela Escola dos *Annales*, em 1929, que propôs uma História-problema, com novas abordagens, a fim de formar o cidadão crítico. Com os *Annales* se ampliou o conceito de documentos, considerando todos vestígios humanos como fontes históricas, e não apenas os registros escritos e oficiais oriundos das instituições do Estado, entendendo que a política, o político e o poder estão em diversas esferas da vida social. Desta maneira, valorizou-se e deu visibilidade a narrativa da História de múltiplos grupos sociais, e não apenas dos “grandes homens” (PAIXÃO, PRIORI, 2016; BITTENCOURT, 2011; FALCON, 1997).

A História Política pereceu, mas não desapareceu como afirmou Jacques Julliard (1976). A pesquisa e os estudos históricos ganharam novos contornos com a Nova História Política, que permitiu pensar e problematizar questões do tempo presente, dialogando com o passado em uma perspectiva de longa duração, analisando-se as mudanças e as permanências, as semelhanças e as diferenças (JULLIARD, 1976; BITTENCOURT, 2011; FALCON, 1997).

Assim, na perspectiva da Nova História Política, considerando a História Negra no Brasil, é possível analisar as ações de outros sujeitos históricos, como o

protagonismo negro na luta pela liberdade no período colonial e imperial, e na busca pela cidadania no contexto pós-abolição.

Dessa forma, com base nas epistemologias do Sul, ou seja, outros conhecimentos e saberes que questionam a colonialidade da Ciência Moderna⁷, depreende a relevância das epistemologias afro-americanas e afrolatinoamericanas.

As epistemologias afro-americanas e afrolatinoamericanas são primordiais para a descolonização do conhecimento, enfim para a análise da História Negra, do processo da luta feminista, antirracista e anticlassista, estabelecendo o diálogo interseccional gênero, raça e classe, sem a hierarquização das opressões que atingem os corpos negros, das mulheres, das mulheres negras. Isso foi ressaltado pelas intelectuais negras estadunidenses Angela Davis (2016), Bell Hooks (2019) e Patrícia Hill Collins (2019), e também pelas latino-americanas e afro-brasileiras como Lélia Gonzalez (1980), Sueli Carneiro (2018), Maria Beatriz Nascimento (1976), Djamila Ribeiro (2018), entre outras.

No Brasil, no contexto pós-abolição o povo negro e as mulheres negras tiveram que lutar pela cidadania, visto que conquistaram a liberdade, sem políticas públicas do Estado para inseri-los à sociedade. Diante disso, por conta das teorias raciais, da política do Estado brasileiro de incentivo à imigração e o desejo de branqueamento do povo brasileiro, das heranças do colonialismo, do mito da democracia racial, do racismo estrutural, do patriarcado e do machismo, homens e mulheres negros passaram a se organizar, visando combater as desigualdades sociais, raciais e de gênero (ABDIAS, 2017; CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 1980).

Por isso, desde o final do século XIX, surgiu o Movimento Negro, em suas múltiplas faces como: a Imprensa Negra; a Frente Negra Brasileira (1931 - 1937), em São Paulo; o Teatro Experimental do Negro (1944 - 1968), no Rio de Janeiro; o Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (1978), em São Paulo, que posteriormente foi rebatizado como Movimento Negro Unificado, em 1979; coletivos de mulheres negras nos anos de 1980, como a fundação do Instituto de Mulheres Negras - Geledés, por Sueli Carneiro, em 1988 (SANTANA, 2021; CARNEIRO, 2018; GOMES, 2017).

⁷ A Ciência Moderna, ancorada no paradigma ocidental e eurocêntrico, constituindo-se em uma epistemologia dominante, historicamente invalidou outros conhecimentos e saberes. Outras epistemologias podem “contribuir para a descolonização do saber” (SANTOS, MENESES, 2010, p. 26).

Após a Ditadura Militar (1964 - 1985), ao longo dos anos de 1980, nos tempos da redemocratização do Brasil, as mulheres negras ampliaram seu ativismo e buscaram se inserir na política institucional, ao concorrer as Eleições⁸.

Em 1982, Benedita da Silva, mulher negra, pobre e favelada, após a militância na Associação das Favelas, foi eleita vereadora, no Rio de Janeiro, iniciando a vida pública no âmbito da política institucional. Posteriormente, em 1983, Lélia Gonzalez fundou Nzinga, Coletivo de Mulheres Negras, na sede da Associação do Morro dos Cabritos. Em 1986, nas Eleições, Lélia Gonzalez, militante do Movimento Negro e feminista negra, foi candidata a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), porém não se elegeu⁹ (SILVA, PRIORI, 2021; LOPES, 2019; RATTS, RIOS, 2010).

Assim, cada vez mais foi florescendo o Feminismo Negro, ou seja, as mulheres negras pautando suas reivindicações ao estabelecerem o diálogo com o Movimento Feminista e o Movimento Negro, e ao atuarem na política institucional.

Em 2020, ano das Eleições municipais, houve um avanço na disputa por mais mulheres negras na política institucional, visto que o TSE aprovou uma consulta da deputada federal Benedita da Silva (PT), que reivindicou a distribuição proporcional de recursos de financiamento públicos de campanha eleitoral para candidaturas negras, Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário (FP), e também a distribuição proporcional do tempo de rádio e TV nas propagandas políticas. Isso foi uma conquista para a luta feminista e antirracista, tendo apoio de organizações como a Coalizão Negra por Direitos, Educafro, Instituto

⁸ No Brasil, as mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, mas nem todas podiam votar. Naquela época, votavam mulheres viúvas e solteiras que tinham renda própria; as mulheres casadas e com renda própria oriunda de sua atividade profissional, porém tinham que ter a autorização do marido. Posteriormente, em 1946, o direito ao voto se estendeu a todas as mulheres. Na atualidade, com base na legislação eleitoral vigente, os partidos políticos têm a obrigatoriedade da cota de 30% de candidaturas de mulheres, para participarem das eleições (SILVA, 2021; TSE, 2020; TAIT, 2020; MARQUES, 2019).

⁹ Na História do Brasil, a primeira mulher negra eleita deputada estadual foi Antonieta de Barros (1901- 1952), em Santa Catarina, com primeiro mandato no período: 1935 - 1937. Concorreu nas eleições de 1934 e de 1947. Barros lutou pela valorização da Educação, pelo combate à discriminação racial, pela emancipação feminina, desde o sufrágio feminino ao acesso à Educação Superior. Ela atuou como professora, escritora, jornalista e parlamentar, pautando questões afetas ao combate do racismo e machismo na época em que viveu. Barros desenvolveu diversas atividades profissionais: criou um curso primário - o Curso Particular Antonieta de Barros, regularizado em 1922 e que funcionou até 1964, anos depois de sua morte; fundou e dirigiu o jornal "A Semana" (1922 - 1927) e *Vida Ilho* (1930); com o pseudônimo de Maria Ilha escreveu o livro *Farrapos de Ideias* (1937) e também crônicas para outros jornais como *Folha Acadêmica*, *O Idealista*, *o Correio do Estado* e *O Estado*; foi membro do Centro Catarinense de Letras, organização que fazia oposição à Academia Catarinense de Letras. A Academia Catarinense de Letras fazia restrição a participação de escritores negros em seus quadros. Entre as décadas de 1920 e 1940, Barros atuou como professora em escolas tradicionais catarinenses e na Liga do Magistério (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; COSTA, 2021; ARRAES, 2017).

Marielle Franco e o Movimento Mulheres Negras Decidem. Constatou-se nessas Eleições municipais que houve o aumento no número de candidaturas negras (61%), ultrapassando o percentual de candidaturas de pessoas brancas. No entanto, ainda predomina o perfil do vereador eleito “como homem, branco, casado, com ensino médio completo e 45 anos” (MARQUES, 2021, p. 76).

Nas Eleições Municipais 2020, embora o aumento no número de candidaturas negras, de pessoas representando a população LBTQIA+, os discursos de ódio se ampliaram, tendo como público alvo, principalmente, mulheres negras, trans, entre outras. Por conta disso, Anielle Franco (irmã da ex-vereadora Marielle Franco, assassinada brutalmente com o motorista Anderson Gomes, em 2018), fez a ressalva da necessidade de combater a violência política, de garantir a segurança das mulheres em sua diversidade, das mulheres negras eleitas, a fim de prevenir e coibir outros assassinatos políticos (SILVA, PRIORI, 2021; SILVA, 2021; FRANCO, 2020).

Essa realidade revela que ainda nós precisamos avançar na luta pelos Direitos Humanos, pela defesa do Estado Democrático de Direito, combatendo o racismo, o patriarcado, o machismo, a misoginia, a LGBTfobia, a violência política, entre outras formas de opressão.

Maria Beatriz Nascimento: as escrituras políticas e poéticas pensando os corpos negros em espaços simbólicos na Academia e na mídia

A noite não adormece
nos olhos das mulheres,
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

[...] A noite não adormecerá
Jamais nos olhos das fêmeas,
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência

A noite não adormece nos olhos das mulheres
Em memória de Beatriz Nascimento
Conceição Evaristo (2017, p. 26 - 27)

Esse poema “A noite não adormece nos olhos das mulheres” de Conceição Evaristo (2017) dedicado a Beatriz Nascimento celebra a vida dessa mulher, nossa ancestralidade, as mulheres, as mulheres negras em nossa milenar resistência.

Conceição Evaristo e outros/as ativistas negros como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Helena Theodoro Lopes, conviveram com Maria Beatriz Nascimento, compartilharam questões da vida, da militância no Movimento Negro, da Academia, da cultura negra em nosso país, enfim da sociedade brasileira, fomentando o diálogo sobre raça, gênero e classe.



Beatriz Nascimento (1942 - 1995)

Fonte: UCPA. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades nos dias de destruição.** Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 6.

Maria Beatriz Nascimento nasceu em 12 de julho de 1942, em Aracaju, Sergipe. Filha de Rubina Pereira do Nascimento, uma dona de casa, e Francisco Xavier do Nascimento, um pedreiro. Com a família migrou para o Rio de Janeiro, em 1950. Os pais de Beatriz Nascimento desejavam melhores condições de vida para sua prole, constituída por 10 filhos (BARRETO, 2018; RATTTS, 2007).

No Rio de Janeiro, no período entre 1968 e 1971, fez o curso de graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse mesmo período, fez estágio em Pesquisa no Arquivo Nacional, sob orientação do historiador José Honório Rodrigues. Entre os anos de 1973 e 1974, realizou pesquisa e estudo sobre os quilombos. Posteriormente, em 1979, iniciou o Mestrado na Universidade

Federal Fluminense (UFF), mas não concluiu¹⁰. Na década de 1970, trabalhou como pesquisadora no Arquivo Nacional e da Fundação Getúlio Vargas; ministrou cursos, participou de simpósios, seminários e encontros na Academia e realizados pelo Movimento Negro. Participou da fundação do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), reunindo estudantes universitários, na UFF. Por conta de seu ativismo no Movimento Negro e estudos sobre a História Negra, Beatriz Nascimento visitou alguns países da África, Angola, em 1979, e Senegal, na década de 1980. Em 1984, iniciou a carreira como professora de História na rede pública de ensino, do Rio de Janeiro (BARRETO, 2018; RATTIS, 2007).

Na Academia, a representação dos corpos negros nesse espaço e a narrativa tradicional e eurocêntrica sobre a História negra no Brasil incomodavam Beatriz Nascimento. Isso ela denunciou na Conferência Historiografia do Quilombo, proferida na Quinzena do Negro, em 1977, na Universidade de São Paulo (USP). Esse discurso foi reproduzido no documentário “O negro da senzala ao Soul”, realizado pelo Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, em junho/julho de 1977. Beatriz Nascimento ao falar sobre a História do povo negro no Brasil, ao citar José Honório Rodrigues, discursou e denunciou que:

[...] a História do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas, tanto o negro quanto o índio, os povos que viveram aqui juntamente com o branco, não tem sua história escrita ainda. Isso é um problema muito sério, porque a gente frequenta a universidade, frequenta a escola e não têm uma visão correta do passado, da gente, do passado do negro. Ela não foi somente omissa, e foi mais terrível ainda, porque na parte que ela não foi omissa, ela negligencia partes importantes e deforma muito a História do negro, quer dizer tratando basicamente da escravidão, e deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil como todo o processo de alforria [...] durante quatro séculos de escravidão [...] e principalmente com relação ao quilombo [...] (NASCIMENTO, 1977).¹¹

¹⁰ No Mestrado, Beatriz Nascimento fez o trancamento de matrícula em 1983 e em 1985 (BARRETO, 2018).

¹¹ Ver documentário “O negro da senzala ao Soul” (1977), duração de disponível no Youtube: < <https://youtu.be/5AVPrXwxh1A>> Acesso em: 10 set. 2022 É possível ver também o fragmento desse documentário, especificamente a fala da historiadora Beatriz Nascimento, no vídeo “Beatriz Nascimento - a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas”, disponível no Youtube:< <https://youtu.be/LhM1MaPE9c>> Acesso em: 10 set. 2022

No contexto da Ditadura Militar (1964-1985), tempos de repressão, de vigência do Ato institucional n. 5 (AI-5), da Educação tecnicista e bancária, Beatriz Nascimento não se furtou em questionar a narrativa da História do povo negro no Brasil, que era difundida na universidade e nas escolas.

Ela ressaltou que a História negra e indígena era uma história escrita por mãos brancas. Quanto à narrativa da História negra, Beatriz Nascimento enfatizou que os corpos negros basicamente foram representados e associados à escravidão. Essa forma de narrar a História negra, desconsiderou o protagonismo negro na luta pela liberdade, ou seja, nos processos de alforrias, na organização dos quilombos, em uma longa duração.

Naquele contexto histórico, ao longo do documentário citado anteriormente, Nascimento afirmou que a História negra não se limitava a escravidão e aos processos de repressão da sociedade colonial e imperial. Ela ainda explicitou que no pós-abolição muitos quilombos se constituíram em favelas, em espaços de vivência negra, no Brasil contemporâneo. Disso decorre a relevância da análise crítica desses territórios, dos quilombos na perspectiva de longa duração, vislumbrando-se as relações transatlânticas África e Brasil.

Beatriz Nascimento, mulher negra, professora, historiadora, escritora, pensadora, poetisa, narradora, quilombola e ativista do Movimento Negro, era uma “intelectual ativista insurgente” (RATTS, 2007, 79), comprometida com a luta antirracista, a História negra, problematizando as questões atinentes a vida do povo negro, das mulheres negras.

Ela quando analisou a realidade do povo negro e das mulheres negras na sociedade brasileira, ressaltou a tripla discriminação que incide sobre estas, por ser mulher, negra e pobre, estando em desvantagem no mundo do trabalho por conta da não qualificação profissional e da aparência, pois o padrão de beleza é baseado na branquitude¹² (NASCIMENTO, 1990; NASCIMENTO, 1976).

¹² A branquitude assegura a ideia de superioridade de pessoas brancas em relação às pessoas oriundas de outras etnias, como negros, africanos, indígenas, asiáticos, entre outros. O ideal de estética está associado à beleza de pessoas brancas. Por isso, muitas mulheres não-brancas, como mulheres negras são preteridas no mundo do trabalho, principalmente em espaços de trabalho de atendimento ao público, basta olharmos as pessoas, as mulheres que trabalham em lojas de shopping, secretárias de empresas. Ainda são raras as mulheres negras como secretárias que encontramos e/ou em cargos profissionais de comando, boa parte ainda segue limpando o chão, como as trabalhadoras domésticas. O pacto narcísico da branquitude está presente em diferentes esferas da vida social, assegurando privilégios às pessoas brancas. Assim, isso se constitui em “uma relação de

Beatriz Nascimento e outras intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro também denunciaram estereótipos sobre as mulheres negras, difundidos na sociedade brasileira e na mídia, que as associam apenas a doméstica, ao trabalho braçal, aos cuidados das crianças como babás, a “mãe preta” (GONZALEZ, 1980, p. 204) aquela que cuida da casa e dos filhos das famílias de pessoas brancas, sendo tratada como “quase da família”, sendo mal remunerada (em alguns casos até mal tratada) e/ou submetida a condições de trabalho análogas à escravidão no mundo do trabalho contemporâneo¹³. Assim, em decorrência do “estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra ‘um destino histórico’. É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações” (NASCIMENTO, 1990 *apud* UCPA, 2018, p. 355). Outro estereótipo é o de “mulata” exportação, ocorrendo a sexualização e a objetificação dos corpos das mulheres negras¹⁴ (CARNEIRO, 2018; RIBEIRO, 2018; NASCIMENTO, 1990; GONZALEZ, 1980).

dominação de um grupo sobre o outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até de morte, para o outro” (BENTO, 2022, p.15). Nesse sentido, as hierarquizações sociais, raciais, de gênero e classe foram construídas ao longo de séculos com base no racismo, na branquitude, no patriarcado, no machismo e em outras práticas de opressão, desde a colonização, colonialismo ao capitalismo neoliberal que vivemos.

¹³ No Brasil contemporâneo, alguns estudos denunciam a realidade de mulheres negras trabalhadoras domésticas, como de Juliana Teixeira *Trabalho doméstico* (2021), de Preta-Rara *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada* (2019), entre outros. Algumas reportagens também denunciam a realidade de mulheres negras submetidas ao trabalho doméstico em situações análogas à escravidão, tais como “Mulher de 86 anos é resgatada após 72 anos de trabalho em condições análogas à escravidão” (FRIZON, COUTO, ARAÚJO, 2022), “Mulher negra, de 84 anos, é resgatada de trabalho escravo doméstico após 72 anos” (REDAÇÃO CUT, 2022), “Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil” (GORTÁZAR, 2021), entre outras. Dessa forma, é urgente problematizar as relações étnico-raciais em nosso país, a realidade do povo negro, das mulheres negras, vislumbrando o mundo do trabalho doméstico, desde o período colonial na casa-grande ao “quartinho da empregada” na sociedade contemporânea, estabelecendo o diálogo interseccional raça, gênero e classe. Em nosso país, várias famílias são chefiadas por mulheres, constituídas em sua maioria por mulheres negras, mães solas, trabalhadoras domésticas, que buscam zelar pelo sustento de sua prole, nessa sociedade capitalista e neoliberal ainda tão desigual.

¹⁴ Djamila Ribeiro em *Cartas para minha avó* (2021) afirmou que estereótipos sobre as mulheres negras também reverberam na Academia. Na graduação em Filosofia, ela se deparou com um curso branco, masculino e eurocêntrico, onde chegou a ouvir “não sei o que você está fazendo aqui queimando seus neurônios, poderia ser modelo”, “você é passista de qual escola?”, “deveria arrumar um gringo para casar, eles adoram mulheres como você”, “vamos deixar a parte mais fácil do trabalho para as meninas do grupo”, “o professor só te deu nota alta porque está a fim de você” (RIBEIRO, 2021, p. 156 -157). Por isso, ela enfatizou que é necessário romper com o ciclo de exclusão de gerações e gerações de mulheres negras como empregadas domésticas (RIBEIRO, 2021). Djamila Ribeiro concluiu o curso de Filosofia, em 2012, e ainda, teve que ouvir isso. Por causa dos estereótipos, as mulheres negras ainda não são associadas à produção intelectual, ou seja, a atividade profissional qualificada. Segundo a historiadora Joyce Fernandes, ex empregada doméstica, conhecida como Preta-Rara (2019), no Brasil, existem 8 milhões de trabalhadores domésticos, 93% são mulheres, destas 62% são mulheres negras.

Um outro estereótipo também incide sobre os corpos negros, o de “ladrão”, agravando-se com o racismo estrutural e cotidiano, a violência racial e policial, a necropolítica, ou seja, a política da morte de agentes de segurança do Estado brasileiro, que leva ao encarceramento em massa e ao genocídio o povo negro (SILVA, PRIORI, 2020; RIBEIRO, 2019; BORGES, 2019; MBEMBE, 2018). Sendo assim, muitas famílias negras, mães negras seguem chorando pelo assassinato de seus entes queridos, e principalmente, na luta por justiça. Diante dessa realidade, a luta antirracista ocorre em diversas frentes de combate aos problemas sociais e raciais. Beatriz Nascimento e outros ativistas negros buscaram denunciar e combater o racismo estrutural e cotidiano existente em nosso país. Ela escreveu vários artigos publicados em periódicos e revistas, poemas, aforismos e ensaios versando sobre o povo negro e as mulheres negras na sociedade brasileira, a vida e os afetos. As décadas de 1970 e 1980 foram de plena efervescência de sua produção intelectual, tendo também textos publicados no início da década de 1990. Algumas publicações nos possibilitam o acesso ao pensamento político negro, a sensibilidade, as escritas políticas e poéticas dessa intelectual quilombola, Beatriz Nascimento, tais como: *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento* (2007), organização Alex Ratts (antropólogo e biógrafo); *Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento* (2015), organização Alex Ratts e Bethania Gomes (filha de Beatriz Nascimento¹⁵); *Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição* (2018), organização União dos Coletivos Pan-Africanistas, *Uma história escrita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos/ Beatriz Nascimento*, organização Alex Ratts (2021).

¹⁵ Beatriz Nascimento se casou com o cabo-verdiano José “Djosa” do Rosário Freitas Gomes, tornando-se mãe de Bethânia Nascimento Freitas Gomes. Bethânia Gomes relata que mesmo após a separação dos pais, continuou tendo contato com a família paterna. Ela é uma “ativista dançante” (GOMES, 2018, p. 18), professora e *coach* no Dance of Theatre of Harlem, uma instituição afro-americana. Bethânia Gomes se tornou a primeira bailarina negra brasileira a integrar uma companhia internacional (GOMES, 2018).

Beatriz Nascimento prosseguiu seus estudos, em 1981, concluiu a especialização em História do Brasil, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sempre atenta à história do povo negro, ao desenvolver pesquisa acerca dos quilombos às favelas (BARRETO, 2018; RATTS, 2007). Em 1987, ela, Helena Theodoro Lopes e José Jorge Siqueira publicaram o livro *Negro e cultura no Brasil: pequena enciclopédia da Cultura Brasileira* (1987), pela UNIBRADE e UNESCO¹⁶.

Em 1987, ela participou da Semana de Descolonização e Contemporaneidade Negra, na Casa da Cultura, em Ipanema, Rio de Janeiro, onde contou histórias sobre o Movimento Negro e no discurso reafirmou seu o compromisso com a luta antirracista: “Eu quero sempre estar pronta, até o fim de minha vida, enquanto existir racismo, eu quero lutar contra o racismo. Eu me propus a isso nos meus 25 anos, agora, com 45 anos, to cada vez mais querendo lutar contra o racismo [...]” (NASCIMENTO, 1987)¹⁷.

Ainda na década de 1980, no filme *Orí* (cabeça na língua africana yorubá), roteiro e narração de Beatriz Nascimento, direção de Raquel Gerber, lançado em 1989, Beatriz expôs: “Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para a fazenda e a mineração” (NASCIMENTO, 1989 *apud* RATTS, 2021, p. 8).

Novamente, na produção cinematográfica *Orí* (1989), Beatriz Nascimento denunciou seu incomodo com a narrativa da História Negra no Brasil, no âmbito do espaço acadêmico. Por isso, a preocupação com a descolonização da História do Brasil, da História Negra, e o compromisso com a luta antirracista. Em suas escritas poéticas ela também expressava esse compromisso em versos como se constata no poema “Antirracismo”, de 06 de fevereiro de 1990:

¹⁶ Ver Live “A poética de Beatriz Nascimento” (2020), onde Bethânia Gomes, Alex Ratts, Conceição Evaristo e Helena Theodoro relataram sobre os anos de convivência com Beatriz Nascimento, as questões da vida cotidiana e as produções intelectuais de ativistas do Movimento Negro. Disponível no Youtube: <<https://youtu.be/Cn9mAIloFUY>> Acesso em 10 set. 2022

¹⁷ Ver vídeo com discurso de Beatriz Nascimento na Semana de Descolonização e Contemporaneidade Negra (1987), de CULTNE Acervo, disponível no Youtube <https://youtu.be/_16NQrmxnSs> Acesso em: 10 set. 2022

Antirracismo

Por Beatriz Nascimento

Ninguém fará eu perder a ternura

Como se os quatro besouros

Geração da geração

Gestação da liberdade

Voo de garça, seguro

Ninguém fará eu perder a doçura

Seiva de palma, plasma de coco

Pêndulo em extensão Em extensivo mar - aberto

Cavala escamada em leito de areia

Ninguém me fará racista

Haste seca putrificada

Sem veias, sem sangue quente

Sem ritmo, de corpo, dura?

Jamais fará que em mim exista Câncer tão dilacerado

(RATTS, GOMES, 2015, p. 56)

Nesse poema, Beatriz Nascimento em suas escrituras poéticas retratou a importância da luta pela liberdade de gerações a gerações, da luta antirracista sem perder a ternura e a doçura, associando o racismo a um “câncer” a ser combatido.

O ativismo no Movimento Negro e o compromisso com a luta antirracista impulsionaram Beatriz Nascimento a retornar a Academia e prosseguir com os estudos na Pós-Graduação, nos anos de 1990.

Em 1992, ela regressou a Pós-Graduação, iniciou o Mestrado em Comunicação Social, sob a orientação de Muniz Sodré, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), porém não concluiu (RATTS, 2021; RATTS, 2007). Beatriz Nascimento foi alvo de um crime injusto.

Ela aconselhou uma mulher conhecida a se separar do namorado, devido à violência doméstica daquele homem branco, autoritário e desumano. Ao saber disso, o namorado dessa mulher foi atrás de Beatriz Nascimento, assassinando a tiros, em 28 de janeiro de 1995¹⁸ (BARRETO, 2018; RATTS, 2007).

Segundo Raquel Barreto (2018) “[a] morte física de Beatriz não significou seu fim, significou uma passagem. Seu pensamento continua vivo e cabe a nós a

¹⁸ Ver vídeo “Beatriz Nascimento” (2017), do canal “As mina na História”. Uma produção audiovisual que apresenta uma breve apresentação da trajetória de vida de Maria Beatriz Nascimento, desde a migração da família do nordeste para o Rio de Janeiro, a formação acadêmica, o ativismo no Movimento Negro, na “Quinzena do Negro”, na USP, em 1977, no documentário “O negro da senzala ao Soul” (1977), no filme Orí (1989), noticiando o assassinato e o sepultamento dessa intelectual quilombola, jornal *Folha de São Paulo*, de 31 de janeiro de 1995, e finalizando com o discurso de Beatriz Nascimento. Disponível no Youtube:< <https://youtu.be/ndjrGCLQnME>> Acesso em: 10 set. 2022

responsabilidade de manter viva a sua memória, conhecer suas contribuições e seguir seu legado” (BARRETO, 2018, p. 38 - 39).

Recentemente, em outubro de 2021, foi reconhecido o legado da luta antirracista, feminista e anticlassista de Maria Beatriz Nascimento, também conhecida como Beatriz Nascimento, pois por unanimidade e aclamação ela foi a primeira mulher negra a receber o título de Doutora Honoris Causa (*post-mortem*), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EHMANN, 2021).

Enfim, isso representa que outras histórias importam na História do Brasil. A trajetória de vida de Beatriz Nascimento demonstra que ela foi uma intelectual insurgente e quilombola, lutou contra múltiplas práticas de opressão, as heranças do colonialismo, tais como o racismo, o patriarcado, o machismo, o sexismo, a violência doméstica, entre outras.

Considerações finais

A biografia de Beatriz Nascimento, ou seja, a vida, a obra e o legado dessa mulher negra, historiadora, intelectual insurgente e quilombola, Doutora *honoris causa* ainda precisa ser mais estudada na Academia e nas escolas, pois outras narrativas e epistemologias negras importam.

Na perspectiva da Nova História Política, das epistemologias do Sul, das epistemologias afro-americanas e afro-latino-americanas, nossos/as estudantes, nossas crianças e jovens negros e de outras etnias precisam compreender que outras mulheres, mulheres negras vieram antes de nós e abriram caminhos na luta feminista, antirracista e anticlassista.

A partir dessas epistemologias a pesquisa, os estudos históricos e o ensino de História na perspectiva da Educação antirracista poderão construir caminhos para a compreensão da História Negra, das lutas do Movimento Feminista, do Movimento Negro, das organizações populares e das mulheres negras, do Feminismo Negro, e de como as assimetrias foram construídas historicamente, estabelecendo o diálogo interseccional gênero, raça e classe.

No Brasil contemporâneo, o povo negro e as mulheres negras seguem na luta por políticas públicas efetivas visando o combate as desigualdades sociais, raciais e de gênero, o racismo, as opressões do patriarcado, tais como o machismo, o sexismo,

a misoginia, a violência doméstica, o feminicídio, a violência política de gênero e os discursos de ódio, a necropolítica, ou seja, à política da morte que favorece a violência racial e policial, que leva ao encarceramento em massa e ao genocídio o povo negro.

E mais, na e pós-pandemia da COVID-19, negros e negras, com outros grupos sociais e populares, organizações civis e políticas seguem lutando por “Vacina no braço e comida no prato” (ESTADÃO CONTEÚDO, 2021, p.1). Enfim, vivemos tempos de crise sanitária, política, econômica e social, mas de esperança em dias melhores, principalmente com a Eleição de 2022.

REFERÊNCIAS

ACADÊMICOS DA ABOLIÇÃO. Enredo e samba-enredo “Conceição Evaristo - a "escrevivência" abolicionista em versos, poemas e contos". Disponível no site: <<https://www.letras.mus.br/sambas/academicos-da-abolicao-samba-enredo-2019/>> Acesso em: 10 set. 2022

ARRAES, Jarid. Antonieta de Barros. In: **Heroínas negras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017. p. 17 - 23.

BARRETO, Raquel. Introdução. In: UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 26 - 39.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Agência do Senado. Promulgada lei para distribuição de absorventes às mulheres de baixa renda. Disponível no site: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/18/promulgada-lei-para-distribuicao-de-absorventes-as-mulheres-de-baixa-renda>> Acesso em: 10 set. 2022

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CALSAVARA, Fábio. Reportagem “Ações da Cufa minimizam impacto da pandemia em famílias de baixa renda no PR”. Gazeta do Povo, 20 de abril de 2021. Disponível no site: <<https://www.gazetadopovo.com.br/parana/cufa-impacto-pandemia-familias-baixa-renda-parana/>> Acesso em: 09 set. 2022

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida: Sueli Carneiro**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate)

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Andréa Lopes da. Prefácio. Gerações em diálogos, mulheres negras em resistência. In: LOURENÇO, Ana Carolina. FRANCO, Anielle (orgas.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 10 - 18.

CUFA. Sobre as ações e práticas políticas da Central Única de Favelas (CUFA), principalmente nesse contexto da pandemia da COVID-19, acessar o site oficial da organização <<https://www.cufa.org.br/>> Acesso em: 09 set. 2022

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOCUMENTÁRIO. “O negro da senzala ao Soul” (1977), Disponível no site: <<https://youtu.be/5AVPrXwxh1A>> Acesso em: 10 set. 2022

EHMANN, Márcia. Beatriz Nascimento é doutora *honoris causa in memoriam* pela UFRJ, de 29 out. 2021. Disponível no site: <<https://ct.ufrj.br/beatriz-nascimento-e-doutora-honoris-causa-in-memori-am-pela-ufrj/>> Acesso em: 14 set. 2022

ESTADÃO CONTEÚDO. Reportagem “Manifestantes pedem saída de Bolsonaro e mais vacinas em todo o país”. Estadão Conteúdo, 19 de junho de 2021. Disponível no site: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/19/interna_politica,1278427/manifestantes-pedem-saida-de-bolsonaro-e-mais-vacinas-em-todo-o-pais.shtml> Acesso em: 09 set. 2022

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 26.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61 - 89.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FRANCO, Anielle. Quem cuida das mulheres negras eleitas? **Ecoa**, 23 nov. 2020. Disponível no site: <<https://www.uol.com.br/ecoacolunas/anielle-franco/2020/11/23/quem-cuida-das-mulheres-negras-eleitas.htm>> Acesso em: 10 set. 2022

FRIZON, Jaqueline. COUTO, Camille. ARAÚJO, Thayana. Mulher de 86 anos é resgatada após 72 anos de trabalho em condições análogas à escravidão. Disponível no site: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mulher-de-86-anos-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-em-condicoes-analogas-a-escravidao/>> Acesso em: 10 set. 2022

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Antonieta de Barros. In: GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 59 - 60.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira (1980). In: UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 190 - 214.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. El País Internacional, 14 de janeiro de 2021. Disponível no site: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>> Acesso em: 10 set. 2022

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Bhuvan Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre (orgs.). **História: novas abordagens**. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141 - 184.

LIVE. “A poética de Beatriz Nascimento”, no canal Lagente - UFG, 17 de julho de 2020. Disponível no *Youtube*: <<https://youtu.be/Cn9mAIloFUY>> Acesso em: 10 set. 2021

LOPES, Helena Theodoro. SIQUEIRA, José Jorge. NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Negro e cultura no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

LOPES, Nei. Benedita da Silva. In: **Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 391 - 394.

MARQUES, Juliana. Candidaturas negras e eleições de 2020. In: LOURENÇO, Ana Carolina. FRANCO, Anielle (orgs.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Oralituras, 2021. p. 74 - 77.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do Nascimento. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor (1990). In: UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 353 - 357.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho (1976). In: UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas (orgs.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 80 - 85.

NASCIMENTO, Bethânia. Apresentação. In: UCPA - União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 18 - 20.

PAIXÃO, Leticia Aparecida. PRIORI, Angelo. História Política: definições. In: PRIORI, Angelo. POMARI, Luciana Regina (orgs.). **História Política: métodos e problemas historiográficos**. Maringá: EDUEM, 2016. p.13 - 20.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RATTS, Alex (org.). **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

RATTS, Alex (org.). **Uma história escrita a mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos/ beatriz Nascimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RATTS, Alex. GOMES, Bethania (orgs.). **Todas (as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento**. Salvador, BA: Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

RATTS, Alex. RIOS, Flávia (orgs.). **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos do Brasil Negro)

REDAÇÃO CUT. Mulher negra, de 84 anos, é resgata de trabalho escravo doméstico após 72 anos. CUT – Central Única dos Trabalhadores - Brasil, 13 de maio de 2022. Disponível no site: <https://www.cut.org.br/noticias/mulher-negra-de-84-anos-e-resgatada-de-trabalho-escravo-domestico-apos-72-anos-fe77>> Acesso em: 10 set. 2022

RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Edtiora FGV, 2003. p. 13 - 36.

REPORTAGEM. “A dor de uma geração marcada pela Covid: pandemia já deixou mais de 130 mil crianças e adolescentes órfãos no Brasil”, jornal *online* Extra Globo, de 09 de outubro de 2021. Disponível no site:<<https://extra.globo.com/noticias/rio/a-dor-de-uma-geracao-marcada-pela-covid-pandemia-ja-deixou-mais-de-130-mil-criancas-adolescentes-orfaos-no-brasil-25230957.html>> Acesso em: 09 set. 2022

REPORTAGEM. “Bolsonaro veta distribuição de absorventes a estudantes e pessoas pobres”, Agência Senado, 07 de outubro de 2021. Disponível no site:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/07/bolsonaro-veta-distribuicao-de-absorventes-a-estudantes-e-mulheres-pobres>> Acesso em: 09 set. 2022

REPORTAGEM. “Em pronunciamento Bolsonaro diz que coronavírus é gripezinha”, TV Cidade Verde, 25 mar. 2020. Disponível no site:<<https://youtu.be/b7KAP31EqTU>> Acesso em 05 set. 2022

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTANA, Bianca. **Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15 - 27.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. In: p. 187 - 205.

SILVA, Ana Lúcia da. História Política, Movimento Negro e Feminismo Negro: a mulher negra na política e o discurso de ódio na mídia. In: SILVA, Eliane Cristina da. PEREIRA, Márcio José. NEVES, Ozias Paese (orgs.). **Violências interseccionais e resistências**. Maringá, PR: Edições Diálogos, 2021. p. 11 - 23.

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. História política, Movimento Negro e Feminismo Negro: “#Marielle Semente”, as mulheres negras na política. In: CASTRO, Amanda Motta. FRANCO, Anielle. LIMA, Fátima (orgas.). **Revista Sul-Sul**, v. 1, n. Especial (2021): Dossiê Marielle Franco Presente!, p. 07 - 34. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/issue/view/14>

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. O movimento social *Black Lives Matter* nos EUA e no Brasil: da violência racial e policial ao genocídio do povo negro. In:

PRIORI, Angelo. SILVA, Ana Lúcia da. BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni (orgs.). **Ensino de História, diversidade e Educação antirracista**. Curitiba: Editora Brazil Publishing, 2020. p. 89 - 125.

SUZART, Moysés. “Pobreza menstrual, e eu com isso? Entenda o que significa o veto aos absorventes de graça para meninas pobres”, Correio 24 horas, 09 de outubro de 2021. Disponível no site: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/pobreza-menstrual-e-eu-com-isso-entenda-o-que-significa-o-veto-aos-absorventes-de-graca-para-meninas-pobres/>> Acesso em: 09 set. 2022

TAIT, Tania Fatima Calvi. **As mulheres na luta política**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais/Coordenação Djamilia Ribeiro)

TSE. Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-naseleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020> > Acesso em: 10 set. 2022

VÍDEO. “Beatriz Nascimento” (2017), do canal “As mina na História”. Disponível no Youtube: < <https://youtu.be/ndjrGCLQnME>> Acesso em: 10 set. 2022

VÍDEO. “CULTNE - Beatriz Nascimento - 1987”. de CULTNE Acervo. Disponível no Youtube <https://youtu.be/_16NQrmxnSs> Acesso em: 10 set.